

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Secretaria de Fiscalização de Pessoal**  
Divisão de Acompanhamento

**Servidor:** EDEZIONE FRANCISCO DE SOUSA  
**CPF:** 183.602.971-34 - **Matrícula:** 1410039  
**Tipo de Ato:** APOSENTADORIA - **Processo:** 50002549/1988  
**Cargo:** Agente de Polícia - Classe Especial  
**Número do Ato:** 001332-2  
**Órgão de Origem:** Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF)

Senhor Diretor

Examina-se, na oportunidade, a legalidade do ato de aposentadoria instituída pelo servidor em epígrafe.

O Controle Interno não identificou impropriedades na análise de sua alçada, razão pela qual opinou pela **legalidade** da presente concessão. Entretanto, observou que "o *órgão de origem registrou (...) na Aba Dados da Concessão "fl. 91" como folha de publicação do ato, quando o correto é "fl. 90". Não registrou na Aba Histórico as informações referentes à primeira aposentadoria proporcional, processo 50.002.549/1988, julgada legal pelo Tribunal de Contas do DF, bem como informações sobre a reversão ao serviço ativo constantes do processo 052.000.642/1999*".

Ademais, informou que "o *Abono Provisório será verificado na forma da Decisão 6284/2014-TCDF*". Ou seja, a análise ateve-se ao mérito da concessão, restando a verificação da regularidade das parcelas que integram o abono provisório para futura auditoria. Com isso, o órgão de controle passou a atuar de forma análoga à adotada por esta Corte, mediante procedimento aprovado na Decisão nº 77/07, Processo nº 24185/07.

De fato, necessário que conste da Aba "Histórico" dados a respeito da primeira aposentadoria e da reversão à atividade. Verificamos que a aposentadoria mencionada foi apreciada pelo Tribunal no âmbito do Processo nº 2222/88. Dessa sorte, a Aba "Histórico" precisa ser preenchida.

Por outro lado, não localizamos processo desta Casa, nem no Sistema Processual e nem no SIRAC Admissões, que tenha tratado da reversão (Processo GDF nº 052.000.642/1999). A reversão precisa ser apreciada pelo Tribunal. Ainda que conste no SICOP (Sistema do GDF) informação de cadastramento no SIRAC (vide tela em anexo), isso não ocorreu.

Ademais, verificamos em consulta ao SIGRH (vide tela CADHIS88 em anexo) que o servidor esteve aposentado entre 1988 e 2000, quando reverteu aos quadros da PCDF. Neste Ato do SIRAC, Aba "Tempos", verifica-se que o período de 23/05/1988 a 23/10/1998 foi computado como tempo especial.

No âmbito do Processo nº 9487/09 já se travou discussão acerca do cômputo do período de inativação para nova aposentação. Naqueles autos ficou registrado que períodos após 16/12/98 não contam para nenhum efeito e que aqueles anteriores a essa data não contam para ATS e para tempo especial. Inclusive, a PCDF foi alertada:

*"IV - alertar a PCDF de que, em futura concessão de nova aposentadoria voluntária ao servidor, o período em que o servidor esteve afastado, compreendido entre a demissão e a respectiva reintegração: a) poderá ser computado como tempo comum, sendo necessária a comprovação do devido recolhimento da contribuição previdenciária referente ao período posterior a 16.12.98, em face do disposto no art. 40 da CRFB, com a redação dada pela EC nº 20/98, e no art. 28 da Lei nº 8.112/90; b) não poderá ser computado como tempo estritamente policial, em face do disposto na LC nº 51/85;" (Decisão nº 6124/2014 - Processo nº 9487/09)*

Ainda que o caso concreto tratado no Processo nº 9487/09 tenha sido de demissão seguida de reintegração, as discussões ocorridas naqueles autos são aproveitadas para os casos de aposentadoria seguida de reversão, conforme excertos abaixo:

Informação DIAPES - 02/10/12 - Processo nº 9487/09

*"5. (...) Com o intuito de amparar o cômputo para todos os efeitos do período em que esteve afastado das atividades de policial civil (01.12.92 a 10.01.07), a jurisdicionada colacionou lição do professor Celso Antônio Bandeira de Mello, segundo o qual “o instituto da reintegração é uma forma de provimento derivado por reingresso no serviço público, (...) com integral reparação dos prejuízos que lhe advieram do ato injurídico que o atingira.”. Em que pese a pretensão do cômputo do citado interregno no tempo de serviço, esse tempo não poderia ser aproveitado para fins da Lei Complementar nº 51/85, uma vez que é requisito essencial para a aposentadoria especial pelo menos 20 (vinte) anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial. (...)*

*9. Em atendimento ao inciso II, a jurisdicionada, em documento acostado aos autos (fls. 108/118 – apenso), informou, em resumo, que “o risco a que está sujeito o policial não decorre simplesmente da atividade que está exercendo, decorre da investidura no cargo policial.”. Os argumentos do interessado não são novos e já foram, por mais de uma vez, apreciados por esta e. Corte. Diferentemente do defendido pelo interessado, este e. Tribunal tem se posicionado no sentido de que não basta ser integrante dos cargos das carreiras de Delegado de Polícia e de Policial Civil do DF para fazer jus à aposentadoria de que trata a Lei Complementar nº 51/85. Para tanto, é imperioso o exame caso a caso das atribuições específicas realizadas pelo servidor ao longo da carreira, para se ter a certeza absoluta de que houve, de fato, prestação de atividade tipicamente policial."*

Informação DIAPES - 25/07/14 - Processo nº 9487/09 - culminou na Decisão nº 6124/14, transcrita anteriormente

*"15. Quanto ao aproveitamento do tempo de afastamento para fins de aposentadoria, observe-se que o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) trata-se, atualmente, de*

*um regime revestido de caráter contributivo, com ênfase na recuperação do equilíbrio financeiro e atuarial, dentro de padrões legais e econômicos.*

*16. A partir da EC nº 20/98, instituiu-se o tempo de contribuição, em substituição ao tempo de serviço, e a consequente extinção do tempo fictício, como previa a legislação pretérita. Ainda, nos termos do artigo 40, §10, da CF, restou vedado expressamente, a partir de 16/12/1998, o aproveitamento de tempo fictício, sob qualquer hipótese: “§10. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício”.*

*17. Observa-se, então, a partir da EC nº 20/98, mudança de enfoque de tempo de serviço para tempo de contribuição, estabelecendo-se no caput do art. 40 da CF o regime de previdência de caráter contributivo, exigindo-se tempo de contribuição previdenciária e não mais tempo de serviço para fins de aposentadoria no serviço público.*

*18. Dessa forma, há de se interpretar o artigo 28 da Lei nº 8.112/1990, que trata do instituto da reintegração, à luz do disposto no artigo 40 da Constituição Federal, no sentido de considerar possível o cômputo do interregno entre a demissão e a respectiva reintegração do servidor como tempo comum, para fins de aposentadoria, sendo necessária a comprovação do devido recolhimento da contribuição previdenciária referente ao período posterior a 16/12/1998.*

*19. No que pertine ao cômputo do período de afastamento do serviço ativo como tempo estritamente policial, entendemos, s.m.j., que as “vantagens” de que trata o artigo 28 da Lei nº 8.112/1990 não abrangem o preenchimento de requisito para fins de aposentadoria especial, vez que estes são disciplinados por tópico específico da própria Constituição, qual seja, o §4º do artigo 40. Por meio deste dispositivo, o constituinte legou a lei complementar o disciplinamento quanto à adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria especial.*

*20. Nas palavras do ilustre Conselheiro Inácio Magalhães Filho (MAGALHÃES FILHO, Inácio. Lições de Direito Previdenciário e Administrativo no Serviço Público. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 155”: ‘Como o próprio nome indica, a aposentadoria especial decorre de eventos de natureza diferenciada daquelas situações que caracterizam a aposentadoria ordinária. (...) A finalidade precípua desse tipo de aposentadoria, portanto, é compensar o servidor por ter laborado em condições que atentem contra a sua saúde. Em geral, tal compensação advém em forma de redução do tempo de contribuição exigido para a inativação ordinária.’*

*21. Portanto, a finalidade do constituinte quanto à aposentadoria especial, que deve ser concedida por exceção, como recompensa àquele servidor que laborou em condições especiais delimitadas pelo próprio §4º do artigo 40 da CRFB, não coaduna com a extensão de tal benefício àqueles que se afastaram ou foram afastados do seu cargo.*

*22. Ademais, considerar como tempo estritamente policial o período de afastamento entre a demissão e a respectiva reintegração do servidor, para fins de aposentaria especial, a pretexto de que no instituto da reintegração deve ser observada a integral reparação dos prejuízos que lhe advieram do ato injurídico que o atingira, ex vi do artigo 28 da Lei nº 8.112/1990, seria estar em desacordo com o §4º do artigo 40, que veda a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria, exceto nos termos definidos em leis complementares.*

23. Com efeito, a disposição legal a ser observada para fins da contagem do tempo para efeito de aposentadoria deve obedecer à restrição constitucional imposta para a aposentadoria especial de policial civil, cujo requisito temporal deve ser preenchido nos termos da Lei Complementar nº 51/85. Não cabe interpretação ampla do preceito para considerar o interregno entre demissão e reintegração do servidor como atividade estritamente policial.

24. A possibilidade defendida pelo jurisdicionado esbarra no próprio texto legal, elaborado para disciplinar a aposentadoria especial, nos termos do §4º do artigo 40 da CRFB. O inciso I do artigo 1º da Lei Complementar nº 51/85 (redação vigente à época da concessão) prevê como um dos requisitos para a aposentadoria especial pelo menos 20 (vinte) anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial.

25. Para a aplicação da Lei Complementar nº 51/85 é relevante a definição de exercício, a qual consta do artigo 15 da Lei nº 8.112/90, que esclarece: "exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo".

26. O exercício decorre da posse, por meio da qual o servidor é convocado para investir-se nas atribuições do cargo para o qual foi nomeado, após aprovação em concurso público, conforme dispõe o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, adquirindo direito às vantagens decorrentes da contraprestação pecuniária que lhe passa a ser devida se exercitar plenamente as obrigações legais do cargo que assumiu e passou a exercer.

27. Assim, para que o servidor da Polícia Civil do DF usufrua das vantagens da Lei Complementar nº 51/85, é preciso que ele esteja no exercício das atribuições legais de seu cargo efetivo de natureza policial.

28. Destarte, entende-se que o período em que o servidor esteve afastado, entre sua demissão (01/12/1992) e respectiva reintegração (10/01/2007), não pode ser computado para fins do tempo especial de que trata a Lei Complementar nº 51/85."

Diante de todo o exposto, necessário efetuar as seguintes correções na Aba "Tempos":

a) no campo "Tipo de Afastamento":

a.1) excluir a indicação "LC nº 840/11 - Período decorrido entre a concessão de aposentadoria voluntária e a reversão" ocorrida nos exercícios de 1998, 1999 e 2000 e incluir "Aposentadoria - após 16/12/1998" nos mesmos exercícios;

a.2) incluir, nos exercícios de 1988 até 1998, "Aposentadoria - até 16/12/1998";

b) no campo "Tempo Especial", excluir o registro "reversão aposentadoria" no período de 23/05/1988 a 23/10/1998 (3806 dias)".

Ocorre que, ao efetuar a exclusão mencionada na alínea "b" anterior, o interessado deixará de preencher o requisito temporal, o que levaria à ilegalidade da presente concessão com recusa de registro por parte do Tribunal.

Assim, deve a Jurisdicionada cientificar o interessado que na impossibilidade de comprovar o tempo mínimo necessário para a inativação requisitada, este Tribunal considerará ilegal o ato de aposentadoria, por falta de requisito temporal, negando-lhe o respectivo registro, cabendo ao servidor, se for do seu interesse, manifestar-se sobre o assunto, tendo em vista a garantia constitucional do contraditório e da ampla defesa.

Em razão do exposto, o Tribunal, por meio da **Decisão nº 498/16**, prolatada no âmbito do Processo nº 24.350/15, assim se manifestou:

*"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, determinou à Polícia Civil do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - encaminhe o Processo GDF n.º 052.000.642/1999, que trata da reversão, ao TCDF para apreciação; II - efetue as seguintes correções no SIRAC: a) na Aba "Dados da Concessão", campo "fl. da publicação", substituir 91 por 90; b) na Aba "Tempos": b.1) no campo "Tipo de Afastamento": b.1.1) excluir a indicação "LC n.º 840/2011 - Período decorrido entre a concessão de aposentadoria voluntária e a reversão" ocorrida nos exercícios de 1998, 1999 e 2000 e incluir "Aposentadoria - após 16.12.1998" nos mesmos exercícios; b.1.2) incluir, nos exercícios de 1988 até 1998, "Aposentadoria - até 16.12.1998"; b.2) no campo "Tempo Especial", excluir o registro "reversão aposentadoria" no período de 23.05.1988 a 23.10.1998 (3.806 dias); A) na Aba "Histórico", registrar os dados referentes à primeira aposentadoria e à reversão à atividade; III - cientifique o interessado que, na impossibilidade de comprovar o tempo mínimo necessário para a inativação requisitada, este Tribunal considerará ilegal o ato de aposentadoria, por falta de requisito temporal, negando-lhe o respectivo registro, cabendo ao servidor, se for do seu interesse, manifestar-se, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre o assunto, tendo em vista a garantia constitucional do contraditório e da ampla defesa; IV - junte, na aba "Anexos e Observações", cópia digitalizada de documento que comprove a cientificação do Sr. Edezione Francisco de Sousa, nos termos do item anterior".*

Neste momento aprecia-se o cumprimento da Decisão anteriormente transcrita.

***I - encaminhe o Processo GDF n.º 052.000.642/1999, que trata da reversão, ao TCDF para apreciação***

Novamente, não localizamos processo desta Casa, nem no Sistema Processual e nem no SIRAC Admissões, que tenha tratado da reversão (Processo GDF nº 052.000.642/1999). A reversão precisa ser apreciada pelo Tribunal. Verifica-se que as informações no SICOP (Sistema do GDF) pouco se alteraram em relação à consulta anterior (vide anexo).

***II - efetue as seguintes correções no SIRAC:***

***a) na Aba "Dados da Concessão", campo "fl. da publicação", substituir 91 por 90;***

Correção efetuada a contento



**b) na Aba "Tempos":**

**b.1) no campo "Tipo de Afastamento":**

**b.1.1) excluir a indicação "LC n.º 840/2011 - Período decorrido entre a concessão de aposentadoria voluntária e a reversão" ocorrida nos exercícios de 1998, 1999 e 2000 e incluir "Aposentadoria - após 16.12.1998" nos mesmos exercícios;**

De fato, os períodos de 16, 365 e 53 dias relativos aos exercícios de 1998, 1999 e 2000 com a indicação errada foram excluídos, mas não foram lançados como "Aposentadoria - após 16.12.1998" nos mesmos exercícios. Assim, a Aba "Tempos" ficou comprometida, vez que esses períodos são automaticamente transportados para a coluna "Licenças Dedutíveis" do Resumo do Tempo de Serviço.

**b.1.2) incluir, nos exercícios de 1988 até 1998, "Aposentadoria - até 16.12.1998";**

Esses afastamentos não foram lançados.

**b.2) no campo "Tempo Especial", excluir o registro "reversão aposentadoria" no período de 23.05.1988 a 23.10.1998 (3.806 dias);**

Essa exclusão não foi efetuada.

**A) na Aba "Histórico", registrar os dados referentes à primeira aposentadoria e à reversão à atividade;**

Nenhum registro foi efetuado na Aba "Histórico".

**III - cientifique o interessado que, na impossibilidade de comprovar o tempo mínimo necessário para a inativação requisitada, este Tribunal considerará ilegal o ato de aposentadoria, por falta de requisito temporal, negando-lhe o respectivo registro, cabendo ao servidor, se for do seu interesse, manifestar-se, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre o assunto, tendo em vista a garantia constitucional do contraditório e da ampla defesa;**

A Jurisdicionada encaminhou ao interessado a Notificação nº 504/2016-DGP, nos termos determinados pela Decisão nº 498/16. A notificação foi recebida pelo interessado em 26/07/16.

**IV - junte, na aba "Anexos e Observações", cópia digitalizada de documento que comprove a cientificação do Sr. Edezione Francisco de Sousa, nos termos do item anterior**

A cópia foi juntada corretamente.

Assim, a Decisão nº 498/16 foi parcialmente cumprida, pois deixaram de ser atendidos os itens: I, II-b e II-A.

O item I precisa ser reiterado. Os demais, em virtude de que o ato do SIRAC será anulado, podem ser abandonados.

Verifica-se que, vencido o prazo para comprovação do tempo mínimo necessário para a inativação, sem que nenhuma documentação tenha sido encaminhada pelo interessado a esta Casa a fim de compor os Autos de nº 24.350/15, sugere-se ao Tribunal:

I) ter por parcialmente cumprida a Decisão nº 498/16;

II) reiterar a necessidade de que o Processo GDF n.º 052.000.642/1999, que trata da reversão, seja encaminhado ao TCDF para apreciação;

III) considerar **ilegal** o presente ato de aposentadoria, por falta de requisito temporal, com recusa de registro, face à impossibilidade de cômputo como tempo especial de período de inativação anterior, devendo a PCDF, no prazo de 30 (trinta) dias, adotar as providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 78, X, da LODF), incluindo a anulação do presente ato no SIRAC, o que será objeto de futura auditoria; e

IV) autorizar o arquivamento do Processo nº 24.350/15.

À consideração superior.

Brasília, 06 de Setembro de 2016

LIANA RESENDE BRANDÃO - Mat. nº 4103

---

SIRAC - Sistema de Registro de Admissões e Concessões - 16:18:27 - 09/09/2016